



**Citation:** Santos, J. (2024) Um poeta brasileiro no Vaticano: Carlos Magalhães de Azeredo e a diplomacia pontifícia. *Quaderni Culturali IILA* 6: 115-124. doi: 10.36253/qciila-3265

**Received:** June 15, 2024

**Accepted:** October 10, 2024

**Published:** December 27, 2024

© 2024 Author(s). This is an open access, peer-reviewed article published by Firenze University Press (<https://www.fupress.com>) and distributed, except where otherwise noted, under the terms of the CC BY 4.0 License for content and CC0 1.0 Universal for metadata.

**Data Availability Statement:** All relevant data are within the paper and its Supporting Information files.

**Competing Interests:** The Author(s) declare(s) no conflict of interest.

**Disclaimer:** The views and opinions expressed in this article are those of the author(s) and do not necessarily reflect the views or positions of the editors.

**ORCID:**  
JS: 0000-0002-8404-5841

## Um poeta brasileiro no Vaticano: Carlos Magalhães de Azeredo e a diplomacia pontifícia

### A Brazilian poet in the Vatican: Carlos Magalhães de Azeredo and the papal diplomacy

JAIR SANTOS

*École française de Rome, Italie*  
jair.santos@efrome.it

**Abstract.** Remembering the life of the Brazilian writer Carlos Magalhães de Azeredo, representative of Brazil at the Holy See from 1896 until 1934, this paper aims to examine how the ambassador, as an attentive observer of the Roman curia, interpreted the Vatican's diplomacy and the catholic culture of his time.

**Keywords:** papal diplomacy, diplomatic history, Magalhães de Azeredo, Brazil-Holy See relations.

**Resumen.** Recordando la vida del escritor brasileño Carlos Magalhães de Azeredo, representante de Brasil ante la Santa Sede de 1896 hasta 1934, el artículo pretende examinar cómo el embajador, como atento observador de la curia romana, interpretó la diplomacia vaticana y la cultura católica de su tiempo.

**Palabras clave:** diplomacia pontificia, historia diplomática, Magalhães de Azeredo, relaciones Brasil-Santa Sé.

#### INTRODUÇÃO

Um dos traços distintivos da Igreja Católica em relação às demais religiões é a sua antiga atividade diplomática. Com efeito, o Estado do Vaticano não somente possui um corpo diplomático próprio, composto pelos nuncios apostólicos, como acolhe em seu pequeno território representantes dos Estados com os quais se relaciona. Mas não se exagera ao dizer que as relações diplomáticas vaticanas são peculiares. Isso porque a Santa Sé já não figura entre as potências mundiais: tendo a marcha da história superado o tempo dos papas que ditavam os rumos da geopolítica, a diplomacia pontifícia detém hoje uma importância sobretudo simbólica, muito distante do protagonismo de que gozava em séculos passados (Visceglia, 2013).

Embora a afirmação soe banal nos nossos tempos, representar um Estado perante o papa significa reconhecer-lhe a autoridade soberana. Por esse reconhecimento, no entanto, protestaram sem descanso os papas que se sucederam a partir da tomada de Roma pelo exército italiano em 1870 (Fantappiè, 2022). Coube afinal a Pio XI encerrar o conflito que tanta inimizade criara entre o papado e a Itália celebrando com o governo de Mussolini, em 1929, o Tratado de Latrão. Compreende-se, então, por que os pontífices atribuíam – e continuam a fazê-lo – tamanha importância ao ofício diplomático, exercido profissionalmente pela Santa Sé desde o século XVI (Feldkamp, 1998). De fato, a diplomacia assegura à Igreja o exercício de um poder temporal mínimo que nem mesmo o desmoronamento do Estado Pontifício pôde revogar. Poder simbólico, dizíamos, mas de um simbolismo com importantes implicações.

A natureza específica da diplomacia vaticana foi analisada com particular interesse por um brasileiro que se deixou seduzir pelas pompas da corte papal: trata-se de Carlos Magalhães de Azeredo, caso atípico de diplomata que se sedentarizou lançando âncoras entre as ruínas e as basílicas do posto a que fora enviado. Nascido no Rio de Janeiro em 1872, ele exerceu praticamente toda a carreira em Roma, galgando ali, entre 1896 e 1934, a hierarquia do cargo. Nem mesmo a aposentadoria o convenceu a se repatriar: ele morreu em 1963 na capital italiana aos 91 anos. A longevidade do embaixador lhe permitiu testemunhar momentos históricos de grande importância para o Brasil e para a Europa. E graças à pena profícuca do diplomata que também ostentava o título de escritor, com fama e talento suficientes para figurar entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), são numerosos os textos legados por ele à posteridade. Por meio dos escritos publicados e da documentação inédita que compõe seus acervos no arquivo histórico do Itamaraty e no arquivo da ABL, o ensaio propõe-se, por um lado, a recordar a vida de Magalhães de Azeredo, personagem pouco lembrado pela historiografia; por outro, a examinar como o diplomata, enquanto observador da Cúria Romana, interpretava a diplomacia do Vaticano.

#### OS CAMINHOS QUE LEVAM A ROMA

Carlos Magalhães de Azeredo (fig. 1) nasceu na capital fluminense em data simbólica para os brasileiros: 7 de setembro, Dia da Independência. Órfão de pai, mudou-se ainda pequeno com a mãe para Portugal para viver com o avô no Porto. Depois da morte deste, a mãe decidiu regressar ao Rio de Janeiro com o filho. De volta



Fig. 1. Retrato de Carlos Magalhães de Azeredo. Roma, 1934. ABL, Acervo Magalhães de Azeredo.

à terra natal, o jovem foi mandado para a cidade de Itu a fim de estudar no Colégio São Luís, dirigido por jesuítas italianos. Apesar do desgosto causado pela mudança repentina, Azeredo faria mais tarde esta confissão: «os seis anos que passei em Itu figuram entre os mais gratos para mim» (Azeredo, 2003, p. 26). De fato, a educação recebida dos jesuítas marcou sua formação e abriu-lhe os olhos para a Itália e para a cultura clássica, graças aos professores do internato. Acerca deles comentaria Azeredo: «Italianos quase todos, e quase todos munidos de sólida cultura, os nossos mestres se achavam na condição ideal para no-la transmitir vivificada, rejuvenescida, pela imaginação e pela sensibilidade estética peculiares à sua estirpe» (Azeredo, 2003, p. 35).

Concluídos os estudos em Itu, o jovem mudou-se para São Paulo, em meados de 1888, para estudar direito no ateneu paulistano. No mesmo período, Azeredo deu início à carreira de escritor, publicando crônicas, poemas e artigos no jornal *O Estado de São Paulo*. Terminado o

curso jurídico, depois de proferir discurso como orador da turma na cerimônia de formatura (Nogueira, 1893), o novo bacharel regressou ao Rio de Janeiro em 1893. Na manhã da partida, foi homenageado pelo jornal paulista que lhe dedicou um editorial: «Magalhães de Azeredo, se ainda não é conhecido entre os juriconsultos e os causídicos da sua terra, pois que só agora vai encetar a sua carreira jurídica, tem já o nome feito na nossa literatura, nome que tem conquistado à força do seu trabalho incessante e do seu talento robustíssimo» (*O Estado de São Paulo*, 8 de agosto de 1893).

O jovem retornou ao Rio de Janeiro quando a cidade assistia às rebeliões promovidas por oficiais da Marinha contra o governo em decorrência da instabilidade dos primeiros anos da República. De resto, o personagem não escondia a antipatia pelo governo militar. Rememorando na velhice a ocasião em que vira de perto o marechal Floriano Peixoto, segundo presidente da República, junto a um grupo de manifestantes, Azeredo admitiu seu comportamento despeitoso e pouco diplomático: «Bradados os vivas do estilo, Floriano se adiantou para a primeira linha da turba compacta, e com bonomia apertou as mãos que se lhe estendiam. Eu estava na primeira linha [...] mas recordando a traição de 1889, recuei a tempo e sem dar na vista para o fundo da sala, a fim de evitar o não desejado *shake hands*» (Azeredo, 2003, p. 170).

Para evitar retaliações semelhantes às que vinham sofrendo os opositores do governo, Azeredo ausentou-se da capital e o refúgio escolhido foi São João del-Rei. Apesar do contexto político turbulento, o período foi dos mais profícuos para o jovem escritor. De fato, o saldo literário da permanência em Minas Gerais foi positivo: ali ele escreveu *Alma primitiva*, seu livro de estreia, bem como poesias e crônicas que integrariam mais tarde as obras *Procelárias* e *Baladas e fantasias*. Também em Minas Gerais foi concebido o livro *Sanatório*, romance escrito com Olavo Bilac, outro letrado que se encontrava recolhido no oásis mineiro. Depois de alguns meses, apaziguada a política fluminense, Magalhães de Azeredo retornou à cidade natal.

No Rio de Janeiro, além de escrever para a *Gazeta de Notícias*, intensificou a presença em círculos literários frequentados por personagens ilustres, tais como Machado de Assis e Joaquim Nabuco, com os quais manteve constante intercâmbio epistolar no decorrer da vida. A participação ativa de Azeredo no meio jornalístico e literário carioca garantiu-lhe notoriedade suficiente para receber em pouco tempo uma proposta que modificaria o seu rumo profissional. Tão logo Prudente de Moraes assumiu a presidência da República no fim de 1894, fechando o parêntese tumultuoso do militarismo, um encontro casual e representativo da cultura carioca

oitocentista mudou o destino do escritor. Caminhando um dia pelas ruas do bairro do Flamengo, ele se encontrou com Carlos Augusto de Carvalho, membro do novo governo, e o diálogo que se travou em seguida suscitaria decerto inveja em muitos aspirantes ao ofício diplomático: «Ia justamente à sua casa, disse-me ele. Sou o ministro das Relações Exteriores no governo que começa, e pretendo injetar sangue novo nas veias da nossa diplomacia. Pensei em você e pensarei em outros. Que diria de uma estadazinha no Peru ou no Chile?» (Azeredo, 2003, p. 196). Depois de uma semana, o jovem respondeu que aceitava o cargo e foi assim que, em janeiro de 1895, o novo diplomata partiu não para o Peru nem para o Chile, mas para o Uruguai. Inaugurou-se ali a carreira diplomática que terminaria apenas em 1934 com a aposentadoria. Azeredo julgava-se, porém, inapto para a profissão que abraçara: a diplomacia lhe seria antes um complemento educativo que uma carreira definitiva. Foi o que afirmou o jovem ao escritor Machado de Assis: «Sempre lhe direi que não tenho temperamento diplomático; não é sem comoção e tristeza que me arranco de um país para outro. Quando repousarei na minha cara terra?» (Virgillo, 1969, p. 86).

Na capital uruguaia, descobriu logo os dilemas da diplomacia, vítima frequente do embate entre as vaidades individuais e os interesses coletivos. Além disso, foi em Montevidéu que o poeta conheceu Maria Luísa Caymari, jovem nascida no Brasil, mas de família cubana. Com ela se casou em 1896 e com ela compartilhou as alegrias e as dores da vida errante a que se sujeitam os diplomatas. Por ocasião do casamento, chegou do gabinete ministerial no Rio de Janeiro aquele que o novo esposo reputou seu melhor presente de núpcias: a remoção para a legação do Brasil junto à Santa Sé<sup>1</sup>. Ao participar ao amigo Machado de Assis a novidade da transferência, o diplomata não conteve o entusiasmo: «Roma é um ideal, é uma cidade cheia de simpatia e encantos para o meu espírito literário e cristão. Representar o Brasil perante uma grande potência é uma missão brilhante; mas representá-lo perante uma pura tradição consagrada pelos séculos tem alguma coisa de glorioso e sublime» (Virgillo, 1969, p. 70).

Com efeito, a notícia da nova missão foi recebida com entusiasmo pelo diplomata que, desde os tempos de escola em Itu, nutria profunda admiração pela cul-

<sup>1</sup> As relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé datam do século XIX. Ainda sob o domínio português, o núncio apostólico Lorenzo Caleppi instalou-se no Rio de Janeiro em 1808. Depois da independência em 1822, o imperador dom Pedro I enviou Francisco Corrêa Vidigal a Roma como seu representante. A partir de então as relações foram contínuas. Em 1919, a legação brasileira junto à Santa Sé foi elevada à categoria de embaixada (Azeredo, 1926; Accioly, 1949; Lemos, 1980; Santirocchi, 2015).

tura italiana: «E para onde íamos? Para o país dos meus sonhos, para essa Itália que, desde os bancos do colégio, fervidamente almejava conhecer e gozar» (Azeredo, 2003, p. 212). Àquela altura, porém, ele não imaginava que o destino o manteria quase inamovível na Cidade Eterna, afastando-o dela em poucas ocasiões. Conquanto não tenha redigido um *récit de voyage* à maneira de um Goethe, de um Stendhal ou de um Chateaubriand, a pena incansável de Magalhães de Azeredo, sensível ao apelo artístico da Itália, acumulou impressões sobre a cultura italiana publicadas na imprensa carioca. Aqui, no entanto, deixaremos de lado as coisas do espírito para tratar da ordem mundana que perfaz a diplomacia. Interessa-nos desvelar, por um lado, o retrato feito pelo embaixador dos papas perante os quais serviu e, por outro, o modo como operava a ação diplomática brasileira no Vaticano.

Mas antes convém esclarecer a cronologia dos eventos, já que a permanência de Magalhães de Azeredo na Itália não transcorreu de forma ininterrupta. Ele chegou a Roma em julho de 1896 e ali permaneceu como segundo secretário até que um despacho ministerial de fevereiro de 1897 o demitisse do cargo (Castro Cerqueira, 1897). A despedida inesperada decorreu de uma intriga promovida pelo chefe da missão, Francisco Duarte Coelho Badaró, que insinuara em cartas aos colegas no Rio de Janeiro que o jovem diplomata fosse monarquista e estivesse conspirando contra a República. As acusações chegaram à capital brasileira em momento delicado, pois acabara de assumir o poder, de modo interino, em virtude do afastamento de Prudente de Moraes, o vice-presidente Manuel Vitorino Pereira, ligado aos militares anti-monarquistas. Em 1898, porém, a probidade de Badaró se revelou duvidosa ante um escândalo que viera a público: descobriu-se que o diplomata seduzira uma jovem italiana, sem lhe revelar seu verdadeiro estado civil, armando um simulacro de casamento e envolvendo até mesmo um falso sacerdote para selar a trama. O caso, indicado por Azeredo como «uma triste página da nossa história diplomática», resultou na exoneração de Badaró (Azeredo, 2003, pp. 245-247).

Durante os meses em que esteve fora do Vaticano o escritor viveu em Paris. Em 1898, contudo, tão logo se esclareceu o mal-entendido, ele foi reintegrado ao cargo junto à Santa Sé; depois disso, ausentou-se de Roma apenas por breves períodos. Com efeito, das remoções tão naturais à carreira diplomática esquivou-se quase sempre com sucesso. Em 1901, o ministério tentou mandá-lo para La Paz, mas venceu o seu protesto: «Fazendo-se a minha promoção por antiguidade, seria quase uma ofensa mandarem-me para lá [...], pois na verdade a Bolívia é o pior posto de toda a diplomacia brasileira» (Virgillo, 1969, p.

210). Elitismo de diplomata burguês? Não parece o caso, pois nem mesmo Paris, para onde se tentou transferi-lo em 1902, foi atraente o bastante para fazê-lo mudar de ideia. A verdade é que Magalhães de Azeredo tinha olhos somente para uma cidade: «só há uma Roma no mundo, e quando se revelou um acordo moral tão profundo entre ela e uma alma de artista, toda outra terra que não seja a pátria é um exílio» (Virgillo, 1969, p. 236).

Concorreu para a sua permanência na Itália o patrono dos diplomatas brasileiros, atento às diferentes sensibilidades dos jovens colegas e promotor da “diplomacia do conhecimento” (Ricupero, 2017). O chefe do Itamaraty foi assim exaltado por Azeredo: «Devo esta mercê singular à grande bondade e ao espírito esclarecido do Barão do Rio Branco, homem capaz de compreender que a Secretaria do Exterior não deve ser uma simples fábrica de burocratas, e que o governo deve, quando as circunstâncias o permitem, favorecer os interesses intelectuais e morais dos seus funcionários» (Virgillo, 1969, p. 245). De fato, a única remoção de Azeredo ocorreu em 1913 quando partiu para Atenas na condição de enviado extraordinário. Em 1914, porém, estava já de volta à capital italiana como ministro plenipotenciário junto à Santa Sé; em seguida, tornou-se embaixador em 1919 e ocupou o cargo até se aposentar em 1934. Depois disso, continuou a viver em Roma com a mãe e com a esposa, mas ambas o precederam na morte. Órfão, viúvo, sem irmãos, sem filhos e ancião, o embaixador se transformou numa espécie de eremita. Sua situação se tornou a tal ponto delicada que Nilo Bruzzi, amigo e advogado carioca, escreveu-lhe em 1961 tentando convencê-lo a voltar ao Brasil: «Depois de 65 anos contemplando as ruínas romanas, amando os grandes e maravilhosos museus e lendo em cada pedra de rua uma página da história do mundo, chegou a hora, meu caro, de voltar para casa» (Bruzzi, 1961). Mas o apelo foi inútil: o poeta morreu no dia 4 de novembro de 1963 na sua residência romana.<sup>2</sup>

Algumas das demonstrações de reconhecimento que o embaixador recebeu em vida na Itália dão uma ideia da reputação que ele construía na sociedade romana. Além de um estudo biográfico escrito por um italiano (Alpi, 1931), também a imprensa do país lhe teceu elogios. O jornal *Il popolo romano*, por exemplo, exaltou a atividade intelectual do brasileiro: «Com seu trabalho intelectual, o jovem escritor ultrapassou os limites de sua missão diplomática, fazendo vibrar entre nós a melhor parte da alma brasileira»<sup>3</sup> (31 de janeiro de 1910). Louvando o diplomata, que também era poeta, escreveu o *Corriere d'Italia*: «O

<sup>2</sup> Seu féretro foi repatriado e jaz no cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Tradução nossa.

jovem diplomata — ele é há vários anos o primeiro secretário da legação brasileira junto à Santa Sé — é o mais aficionado à Itália entre os jovens poetas brasileiros»<sup>4</sup> (5 de março de 1910). Por sua vez, o florentino *Il nuovo giornale* destacou seu empenho em aproximar o Brasil e a Itália: «Outra característica desse poeta é o desejo de aproximar ainda mais a Itália e o Brasil, uma aproximação que deve superar todos os obstáculos formados pela diversidade de raça e religião»<sup>5</sup> (20 de maio de 1912). Coube, enfim, ao *Osservatore romano*, jornal oficial do Vaticano, coroar a longa carreira do diplomata junto aos papas com estas palavras: «Quem, como nós, teve ensejo, teve a fortuna de assistir a alguma das tantas manifestações intelectuais do embaixador Magalhães de Azeredo, soube com que paixão real e com que zelo ele deriva da sua grande cultura obras geniais e duradouras. Depois destes breves traços, com justa razão se compreenderá como seja unânime o pesar causado pelo eminente diplomata» (*Osservatore romano*, 4 de agosto de 1934).

#### UMA DIPLOMACIA DA TRADIÇÃO

Durante a longa estada em Roma, Magalhães de Azeredo viu sucederem-se cinco pontífices — Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII — e deteve, a partir de 1926, o predicado de decano do corpo diplomático credenciado junto à Santa Sé. Coube-lhe, enquanto tal, pronunciar em 1929 o discurso de felicitação a Pio XI pela histórica conciliação entre a Itália e o Vaticano (Azeredo, 1929). A história desses pontificados foi marcada por conjunturas político-religiosas complexas, cujos exemplos vêm facilmente à mente: a luta do papado pela soberania territorial (questão romana); a busca de uma recomposição ética da sociedade por meio da doutrina social da Igreja; a guerra acirrada do papado contra a modernidade; os nacionalismos truculentos; os dois conflitos bélicos. Paralelamente, delineava-se com maior clareza aquela que seria a questão mais espinhosa para os pontificados do século XX: a relação entre o catolicismo e o mundo moderno, plural e secularizado, no qual a autoridade religiosa perdia a capacidade de ditar as regras gerais da convivência civil (Menozzi, 2016).

Embora o embaixador não dissimulasse a própria fé, suas reflexões a respeito da Igreja, analisada desde o observatório privilegiado da Cúria Romana, são quase sempre pragmáticas. “Quase”, sublinhamos, pois o relato que fez ao escritor Machado de Assis do seu primeiro encontro com Leão XIII deixava transparecer alguma dose de deslumbramento: «Como está velho, magro,

transparente, o grande Leão XIII! Tão curvado, que sendo de alta estatura, está hoje abaixo da mediana; tão pálido e branco, no rosto, nas mãos, nos cabelos como a sua mesma veste branca de Sumo Pontífice. Todo ele treme, e nem tem forças para levantar o cálice na missa. Sente-se um choque estranho de assombro e de respeito, quando se pensa em tudo o que esse fraco velhinho tem feito e quer fazer de belo e santo, na sua obra vasta, audaz, elevada e conciliadora, que o coloca no primeiro lugar, talvez, entre os maiores homens deste tempo. O *maximum* de alma no *minimum* de corpo; eis Leão XIII» (Virgilio, 1969, p. 90).

Apesar da tonalidade barroca da descrição, o pontificado leonino representou de fato uma etapa importante nas relações entre a Igreja e a sociedade moderna. Aos novos anseios dos trabalhadores, Leão XIII respondeu com a doutrina social proposta na encíclica *Rerum novarum*; às agitações políticas, respondeu com o pragmatismo e com a diplomacia; ao progresso científico, respondeu incentivando os estudos históricos e filológicos com a abertura aos pesquisadores da biblioteca e do arquivo do Vaticano (Menozzi, 2019, pp. 79-96). De resto, no seu pontificado reforçaram-se os vínculos da Santa Sé com a América Latina, cujos problemas foram analisados com particular atenção em 1899 no primeiro Concílio plenário latino-americano que reuniu em Roma os bispos daquele continente (Solans, 2020, pp. 231-40). Para Azeredo, essas características de governo, somadas aos méritos intelectuais do papa, reforçaram sua estima por Leão XIII, o pontífice que «desde o colégio de Itu aprendera a admirar e venerar» (Azeredo, 2003, p. 227).

Foi diverso o juízo que emitiu acerca do pontificado subsequente. Eleito em 1903, Pio X seguiu uma orientação muito distinta da que adotara seu antecessor. A prioridade tornou-se, então, a defesa intransigente da doutrina católica, ainda que a preço de inimizades, de perseguições e de crises diplomáticas. Quanto à personalidade do pontífice, Azeredo atribuía-lhe um caráter humilde e dócil; quanto ao governo, em contrapartida, imputava-lhe a acusação de ter instaurado uma verdadeira “autocracia papal”<sup>6</sup>. A postura antimoderna adotada por Pio X foi criticada pelo diplomata brasileiro de modo contundente numa carta endereçada a Joaquim Nabuco, então embaixador do Brasil em Washington: «Leão XIII, como compenetrado do sentimento íntimo do seu título de pontífice, construiu quantas pontes pôde para unir a Igreja à sociedade moderna. Pio X parece, ao contrário, ter concebido a empresa heroica de cortá-las todas e isolar a Igreja no castelo da sua fé intransigente» (Azeredo, carta a Joaquim Nabuco, 9 de outubro de 1907).

<sup>4</sup> Tradução nossa.

<sup>5</sup> Tradução nossa.

<sup>6</sup> AHI, Cidade do Vaticano: Ofícios, 210/1/4, ofício de 28 de outubro de 1914.

De fato, a luta obstinada de Pio X contra a modernidade dominou a linguagem e as ações do seu pontificado e contou para tanto com o apoio de alguns integrantes da Cúria — quiçá mais realistas do que o rei — que não hesitaram em usar o aparato governativo da Santa Sé para reprimir as vozes dissonantes em matéria de ortodoxia e de orientação política. O cardeal Rafael Merry del Val, secretário de Estado de Pio X, e monsenhor Umberto Benigni, titular de cargo também na Secretaria de Estado, são dois exemplos bem documentados da corrente intransigente que agia dentro da Cúria Romana alimentando o ímpeto antimoderno do pontífice (Vian, 2012; Valbousquet, 2020). Merece atenção a descrição feita por Magalhães de Azeredo da atmosfera que se respirava no Vaticano naqueles anos:

Pio X se deixou avassalar por um verdadeiro pavor do modernismo, e não sabendo que fazer para garantir contra os seus assaltos o jovem clero e os fiéis, entrou sistematicamente a suspeitar e a perseguir tudo o que fosse manifestação de pensamento independente no seio do catolicismo e a segregar cada vez mais de toda cultura moderna os seminários e institutos de educação religiosa. Desenvolveu-se nele o zelo de um genuíno inquisidor e, nunca hesitando em sacrificar quaisquer considerações pessoais, ainda as mais respeitáveis, ao interesse da causa, no seu entender a única justa, maltratou ou deixou maltratar homens de valor intelectual [...] ao passo que leigos e sacerdotes inferiores sob todos os aspectos, graças a uma interessada ostentação de ortodoxia, gozaram todas as vantagens da benevolência pontifícia [...]. O modernismo foi a obsessão, o pesadelo, o suplício de Pio X.»<sup>7</sup>

No mesmo relatório enviado ao Rio de Janeiro, redigido em outubro de 1914, dois meses depois da morte de Pio X, o diplomata propôs uma reflexão sobre a memória que o tempo construiria do pontificado conturbado que se encerrava. Qual seria o veredito da posteridade acerca da luta ferrenha de um papa contra a marcha da história? Em primeiro lugar, Azeredo não descartava a hipótese de que Giuseppe Sarto pudesse ser canonizado: «Não é improvável que a Igreja, cujo último papa canonizado foi Pio V, confira um dia a Pio X as honras do culto público». E a intuição do embaixador se revelou correta, pois o pontífice em questão recebeu a glória dos altares em 1954. No entanto, a ressalva feita em seguida permanece válida: «O que a história decidirá um dia é se esse santo soube governar adequadamente o complexo e formidável organismo que é o mundo católico».<sup>8</sup> Seu parecer, enquanto testemunha dos eventos, sugeria uma

resposta negativa: «Por ora, a impressão mais geral é que os múltiplos e árduos problemas a que teve de atender saem quase todos do seu pontificado não só irresolvidos, mas ainda agravados».<sup>9</sup>

Em Bento XV, papa eleito em 1914, o diplomata brasileiro ressaltaria a postura de «homem de grande e firme caráter, mas acessível à ponderação das contingências políticas» (Ofício de 9 de janeiro de 1927, p. 382, CHDD). Tratava-se, segundo Azeredo, de um pontífice que «ao conhecimento profundo e cabal das pessoas e das coisas do Vaticano aliou a prática do ministério episcopal».<sup>10</sup> Quanto a Pio XI, ocupante do trono papal a partir de 1922, embora reconhecesse «a doçura da sua índole e seus hábitos serenos de estudioso»<sup>11</sup>, reputava-o «voluntarioso e extremamente suscetível» (Ofício de 9 de janeiro de 1927, p. 382, CHDD). Por fim, de Eugenio Pacelli, secretário de Estado de Pio XI e futuro papa Pio XII, dizia distinguir-se «por um caráter de absoluta retidão e pelo culto estrênuo do dever».

Embora esses pontificados tenham coincidido com os eventos trágicos da história europeia naquela que Eric Hobsbawm chamou de “era da catástrofe” — a Grande Guerra no pontificado de Bento XV, a ascensão dos totalitarismos no reinado de Pio XI e a Segunda Guerra Mundial no papado de Pio XII — Magalhães de Azeredo, quiçá por escrúpulo de neutralidade, não se pronunciava nos relatórios que remetia ao seu ministério a respeito de fatos que não estivessem ligados diretamente à vida da Igreja. Com efeito, suas opiniões acerca dos desastres bélicos foram publicadas somente depois da sua aposentadoria.<sup>12</sup>

Além das observações quanto à personalidade e ao governo dos pontífices, o embaixador do Brasil também refletiu em diversas ocasiões acerca da natureza da diplomacia pontifícia. Uma diplomacia peculiar, dizíamos no início do ensaio, porquanto exprime a complexa dualidade da Igreja. Por um lado, é poder espiritual enquanto função exercida pelo clero e destinada à tutela da missão eclesial; por outro, é também poder político na medida em que seu exercício pressupõe a aceitação por parte dos demais Estados da soberania do papa, cuja jurisdição em assuntos canônicos extrapola os confins da Cidade do Vaticano. Não se trata, é claro, de uma diplomacia que promove acordos comerciais, que enca-

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> AHI, Cidade do Vaticano: Ofícios, 210/1/8, ofício de 17 de abril de 1922.

<sup>12</sup> Os escritos de Magalhães de Azeredo relativos às duas guerras mundiais foram publicados no Rio de Janeiro, em 1946, pelos *Diários Associados*. Mais recentemente, os textos foram reunidos e publicados em livro pela Academia Brasileira de Letras, em edição organizada por Afonso Arinos (Azeredo, 2004).

<sup>7</sup> AHI, Cidade do Vaticano: Ofícios, 210/1/4, ofício de 28 de outubro de 1914.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

beça negociações econômicas ou que discute pactos de cooperação militar. Trata-se antes de uma diplomacia discreta que tira proveito da possibilidade de dialogar, de maneira mais ou menos neutra, com quaisquer interlocutores. De acordo com Azeredo, essa grande capacidade de diálogo se fundamenta no respeito «por esse monarca sem território que governa milhões de consciências humanas só com a força da crença e do ideal» (Ofício de 24 de maio de 1920, CHDD).

Além da autoridade moral, a Igreja usa a seu favor no exercício da diplomacia o peso da tradição encarnada por uma instituição bimilenar que viu perfilar-se no horizonte da história diversos regimes políticos com os quais teve de se relacionar. É a razão pela qual Azeredo sustentava que o raciocínio político da Santa Sé se pautava por cálculos de tempo muito diversos daqueles feitos pelos governos, pois «estes os confinam em períodos de anos ou lustros», ao passo que «aquela não conhece limites de tempo» (Ofício de 10 de junho de 1920, CHDD). Diplomacia discreta, de resto, pois o papa também deve respeito às prerrogativas dos Estados, «a ponto de não intervir nem contra a tirania nem contra a anarquia enquanto a liberdade da fé e os direitos da Igreja são respeitados».<sup>13</sup>

A diplomacia foi também um elemento crucial no processo de internacionalização da política vaticana que se inaugurou com a conclusão da disputa territorial entre o papado e o governo italiano. A solução encontrada pelos arquitetos do Tratado de Latrão, fruto de uma longa gestação, foi decerto engenhosa e possibilitou tanto a criação do Estado do Vaticano, de modo a garantir ao pontífice um território sobre o qual exercer a sua soberania, quanto a transformação da Santa Sé em sujeito de direito internacional (Barbato, 2013). Resolvida a contenda interna, o Vaticano passou, então, a olhar para o cenário internacional, buscando expandir o prestígio e a influência moral do papa no mundo (Chamedes, 2019). Para tanto, não bastava mobilizar as estruturas eclesiais nacionais subordinadas ao governo central da Igreja, como as dioceses, as associações católicas e as missões; era preciso também inserir a Santa Sé, e por conseguinte a pauta religiosa, nos debates políticos internacionais, para o que concorreu a já experiente diplomacia pontifícia (Viaene, 2008).

Enquanto o papado se expandia no âmbito internacional, o Brasil republicano buscava fixar com o catolicismo os termos de uma nova relação baseada na cooperação recíproca. O desejo de redefinir os laços entre a política e a religião católica ficou evidente no principal dossiê do qual se ocupou a diplomacia brasileira no Vati-

cano na época de Azeredo: a nomeação de um cardeal brasileiro (Heinsfeld, 2012). Não se pense, contudo, que as relações entre o Estado e a Igreja eram ruins no Brasil dos primeiros anos do século XX. Ao contrário, conquanto não tenha jamais ocultado sua admiração pelo velho imperador brasileiro<sup>14</sup>, o próprio Magalhães de Azeredo reconhecia que «a Constituição [de 1891] assegurava à Igreja Católica, por meio dos seus legítimos representantes, uma situação de dignidade perfeita e de grande autoridade moral na vida da nação» (*A Pátria*, 6 de dezembro de 1922). Além disso, José Augusto Ferreira da Costa, chefe da legação do Brasil junto à Santa Sé em 1898, relatava ao governo que o pontífice reconhecia e louvava as melhorias que vinham se verificando em proveito do catolicismo brasileiro graças à nova ordem política republicana: «Sua Santidade repetiu ainda uma vez que a Igreja se sente feliz sob o novo regime, livre dos empecilhos em que a tivera o Império, que ela será uma forte auxiliar do governo, que a harmonia hoje existente entre os dois poderes só tenderá a consolidar-se».<sup>15</sup> O mesmo embaixador ressaltaria ainda que Leão XIII, depois de questioná-lo acerca da existência de um partido monárquico no Brasil, manifestara-lhe «que uma restauração no Brasil, se era funesta para o país, não o seria menos para a Igreja porque quereria restabelecer as antigas leis com que tanto sofrera a religião sob o Império».<sup>16</sup>

Na verdade, o desejo de incluir um membro do episcopado brasileiro no colégio cardinalício, ao qual competem sobretudo as tarefas de eleger o pontífice e de competem-lo no governo da instituição, resultava de um cálculo diplomático que levava em conta três objetivos: em primeiro lugar, demonstrar à opinião pública que a Igreja e o Estado no Brasil republicano, ainda que separados por força da Constituição, agiam em harmonia; em seguida, aumentar o prestígio internacional do país concedendo a um cidadão brasileiro a honra de ser o primeiro cardeal da América Latina; por fim, frustrar as pretensões da Argentina que também almejava o cardinalato para se reconciliar com a Santa Sé, com a qual rompera as relações diplomáticas em 1884, restabelecendo-as somente em 1900, com a criação de uma internunciatura<sup>17</sup> em Buenos Aires (Marchi, 1967). Por esses motivos, o Brasil não poupou esforços para obter um cardeal brasileiro: o sucesso da empreitada pro-

<sup>14</sup> O embaixador dedicou ao imperador dom Pedro II um estudo (Azeredo, 1923).

<sup>15</sup> AHI, Cidade do Vaticano: Ofícios, 209/4/9, ofício de 31 de dezembro de 1898.

<sup>16</sup> AHI, Cidade do Vaticano: Ofícios, 209/4/9, ofício de 15 de julho de 1899.

<sup>17</sup> No passado os internúncios eram representantes diplomáticos pontifícios de segunda classe, à semelhança dos enviados extraordinários. A denominação, porém, caiu em desuso.

<sup>13</sup> AHI, Cidade do Vaticano: Ofícios, 210/1/8, ofício de 20 de março de 1930.

metia proveitos tanto para o catolicismo quanto para a diplomacia. A primeira barreira a superar nessa missão parece ter sido o desconhecimento prevalente na Cúria Romana acerca dos países não europeus, fato do qual o próprio Azeredo teve ensejo de se lamentar: «a Cúria pontifícia é composta, na máxima parte, de italianos, que quase todos partilham a ignorância dos italianos em geral sobre os fatos e ambientes estrangeiros» (Ofício de 22 de janeiro de 1922, p. 347, CHDD). Seus interlocutores, ao que parece, não fugiam à regra: «Raríssimos são os homens políticos da Santa Sé [...] que têm a intuição do que é e do que vale a América» (idem).

De resto, Azeredo estava convencido de que era preciso garantir aos brasileiros «as vantagens morais que o Brasil deve gozar como um dos principais países católicos do mundo» (Ofício de 9 de janeiro de 1927, p. 375, CHDD). Com efeito, o dossiê do cardinalato começou a ser discutido em 1898 por ocasião da visita de Campos Salles, presidente recém-eleito, ao papa Leão XIII, e por sugestão do diplomata que era então primeiro secretário. As negociações foram lentas e somente em 1905 o barrete cardinalício encontrou uma cabeça brasileira: a de dom Joaquim Arcoverde, o arcebispo do Rio de Janeiro que se tornou assim o primeiro cardeal latino-americano.<sup>18</sup> Também por intermédio do embaixador Azeredo ocorreu, em 1930, a nomeação do segundo cardeal latino-americano, outra vez brasileiro: o novo arcebispo da capital fluminense, dom Sebastião Leme. No Vaticano, em ambas as ocasiões, as pretensões da Argentina ao cardinalato caíram por terra. Esta, porém, soube provar que a sabedoria popular acerta ao afirmar que a vingança é um prato que se come frio: coube a ela a honra do primeiro papa latino-americano.

## CONCLUSÃO

Embora a atividade de Carlos Magalhães de Azeredo no Vaticano ainda careça de aprofundamentos, em particular no que diz respeito à relação com os funcionários da Cúria<sup>19</sup>, é possível discernir nos elementos há pouco evidenciados alguns atributos com os quais o escritor caracterizava o posto no qual representou o Brasil durante três décadas: diplomacia da tradição, ancorada na zona de intersecção entre o poder político e o poder espiritual, com uma estratégia pensada em termos

<sup>18</sup> Diferentemente do atual colégio cardinalício, composto por representantes de todos os continentes, durante o pontificado de Pio X (1903-1914) havia 64 cardeais, dos quais apenas três não eram europeus (um estadunidense, um canadense e um brasileiro).

<sup>19</sup> Arquivo Apostólico Vaticano, Nunziatura in Brasile, caixa 251: Ambasciatore Azeredo.

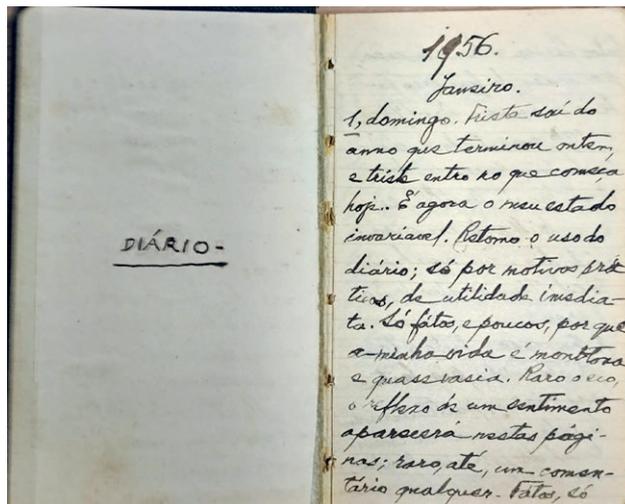


Fig. 2. Diário de Carlos Magalhães de Azeredo, 1956. ABL, Acervo Magalhães de Azeredo.

de séculos. Na visão do embaixador, a diplomacia pontifícia perseguia seus objetivos com a força da crença e do ideal, valendo-se tanto da neutralidade de quem não defende os interesses de uma nação quanto da autoridade de quem usa o peso da história a seu favor.

Mas a verdade é que a trajetória de Azeredo não interessa apenas aos estudiosos da história religiosa ou da história diplomática. A intensa vida intelectual que ele cultivou durante toda a existência se reflete na variedade dos seus escritos, muitos dos quais inéditos ou esquecidos, para além dos livros de poesia editados em vida. Basta pensar nas crônicas sobre a Itália, publicadas na *Revista Brasileira* entre o fim do século XIX e o início do século XX, narrando aspectos da cultura e da história italiana; ou no extenso epistolário que inclui, além das muitas cartas trocadas com Machado de Assis, outras tantas que concernem personalidades literárias, diplomáticas e intelectuais do Brasil e da Itália<sup>20</sup>; ou ainda nos diários (fig. 2) dos últimos anos de vida na capital italiana com anotações quotidianas que testemunham a velhice solitária e melancólica do escritor carioca.<sup>21</sup> Aquela mesma melancolia, aliás, que o próprio Machado de Assis exprimia décadas antes, quando nas derradeiras semanas de vida enviou ao amigo diplomata esta última mensagem: «Ainda bem que a sua amizade dura há tantos anos e eu posso ir da vida sabendo que deixo a sua entre as saudades verdadeiras. Não repare na nota fúnebre que corre por esta carta; é música do crepúsculo e da solidão» (Virgilio, 1969, p. 289).

<sup>20</sup> AHI, Arquivo pessoal de Carlos Magalhães de Azeredo, caixa 6: Correspondência.

<sup>21</sup> Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Magalhães de Azeredo: Correspondência pessoal, 26-4-07.

De resto, o acervo do embaixador encontra-se ainda em fase de organização nas duas instituições fluminenses que conservam seus papéis: o arquivo histórico do Itamaraty e o arquivo da Academia Brasileira de Letras. Esse material evidencia alguns traços marcantes do diplomata que nunca abandonou seu posto romano. Por um lado, o anseio de criar pontes entre a cultura do país que o adotou e a cultura da pátria de origem; por outro, o desejo de preservar a memória de uma vida que testemunhou eventos epocais tanto no Brasil quanto na Europa. Com efeito, a decisão de permanecer sozinho em Roma depois da morte da mãe e da esposa decorreu em parte da estima que o escritor nutria pela própria coleção bibliográfica e epistolar. Em 1957, o velho embaixador confessava a um amigo do Rio de Janeiro que o grande obstáculo ao seu retorno ao Brasil era justamente a dificuldade de transportar os livros – «milhares de volumes» – e o arquivo pessoal que assim qualificou: «Não exagero dizendo que ele parece mais arquivo de repartição pública que de pessoa privada» (Azeredo, 1956). Graças ao zelo documental do brasileiro radicado na Itália, sua história pode ainda ser estudada.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Pátria*, 6 de dezembro de 1922. In: Ofícios, 210/1/8, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Accioly, Hildebrando. 1949. *Os primeiros núncios no Brasil*. São Paulo, Instituto Progresso.
- Alpi, Giuseppe. 1931. *Carlos Magalhães de Azeredo: poeta e humanista americano*. Roma, Società Tipografica Castaldi.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1907. *Carta a Joaquim Nabuco, 9 de outubro de 1907*. In: Correspondência, caixa 5, Arquivo pessoal de Carlos Magalhães de Azeredo, 6.1. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1922. *O Vaticano e o Brasil*. Rio de Janeiro, D'ò Dia.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1923. *Dom Pedro II. Traços da sua physionomia moral*. Rio de Janeiro, Alvaro Pinto.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1926. *Il proemio di un secolo di armonia*. Roma, Armani di Mario Courier.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1929. *L'histoire audience pontificale du 9 mars 1929*. Roma, La Cardinal Ferrari.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1932. *O reconhecimento da independência e do Império do Brasil pela Santa Sé*. Roma, Industria Tipografica Romana.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 1956. *Carta a Nilo Bruzzi, 12/10/1956*. In: Arquivo Magalhães de Azeredo, Correspondência pessoal, 280.C.257. Arquivo Múcio Leão - Academia Brasileira de Letras (ABL), Rio de Janeiro.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 2003. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras.
- Azeredo, Carlos Magalhães de. 2004. *Memórias de Guerra. O Vaticano e a Itália nas duas guerras mundiais*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras.
- Barbato, Mariano. 2013. "A State, a Diplomat, and a Transnational Church: The Multi-layered Actorness of the Holy See". *Perspectives*, 21, pp. 27-48.
- Bruzzi, Nilo. 1961. *Carta de Nilo Bruzzi a Carlos Magalhães de Azeredo, 14 de março de 1961*. In: Correspondência recebida, caixa 5, Arquivo pessoal de Carlos Magalhães de Azeredo, 6.1. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Castro Cerqueira, Dionísio Evangelista de. 1897. *Despacho de Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, 19 de fevereiro de 1897*. In: Despachos, 210/1/13, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Chamedes, Giuliana. 2019. *A Twentieth-Century Crusade: The Vatican's Battle to Remake Christian Europe*. Cambridge, Harvard University Press.
- Corriere d'Italia*, 5 de março de 1910. In: Ofícios, 210/1/2, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Fantappiè, Carlo. "La Chiesa e l'Italia dopo Porta Pia. Sfide culturali, giuridiche e problemi politici". Carlo Ossola (ed.). *La Breccia di Porta Pia. Raccolta di studi nel 150° anniversario (1870-2020)*. Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, pp. 167-215.
- Feldkamp, Michael. 1998. *La diplomazia pontificia. Da Silvestro I a Giovanni Paolo II*. Milão, Jaca Book.
- Heinsfeld, Adelar. 2012. *O Barão e o Cardeal: Rio Branco e a conquista do cardinalato para o Brasil*. Passo Fundo, UPE.
- Il nuovo giornale*, 20 de maio de 1912. In: Ofícios, 210/1/4. Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Il popolo romano*, 31 de janeiro de 1910. In: Ofícios, 210/1/2. Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Lemos, Jerônimo de. 1980. "Monsenhor Francisco Correia Vidigal e o reconhecimento da Independência pela Santa Sé". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 328, pp. 29-46.
- Marchi, Giuseppe de. 1957. *Le nunziature apostoliche dal 1800 al 1956*. Roma, Edizioni di storia e letteratura.
- Menozi, Daniele. 2016. *I papi e il moderno. Una lettura del cattolicesimo contemporaneo (1903-2016)*. Brescia, Morcelliana.

- \_\_\_\_\_. 2019. *Storia della Chiesa. Letà contemporanea*. Bolonha, Fundamenta EDB.
- Nogueira, José Luiz de Almeida. 1893. *Discurso de paronympho pronunciado na cerimonia da collação do gráo aos bacharelados*. São Paulo, Typografia Hennies & Winiger.
- O Estado de São Paulo, 8 de agosto de 1893.
- “Ofício de 24 de maio de 1920”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), Ano 15, n. 29, 2016, p. 328. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.
- “Ofício de 10 de junho de 1920”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), Ano 15, n. 29, 2016, p. 332. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.
- “Ofício de 22 de janeiro de 1922”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), Ano 15, n. 29, 2016, p. 347. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.
- “Ofício de 9 de janeiro de 1927”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), Ano 15, n. 29, 2016, p. 375. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.
- “Ofício de 9 de janeiro de 1927”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD), Ano 15, n. 29, 2016, p. 382. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.
- Ofício de 15 de julho de 1899. In: Ofícios, 209/4/9, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Ofício de 28 de outubro de 1914. In: Ofícios, 210/1/4, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Ofício de 17 de abril de 1922. In: Ofícios, 210/1/8, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Ofício de 20 de março de 1930. In: Ofícios, 210/1/10, Cidade do Vaticano. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Osservatore romano, 4 de agosto de 1934. In: Carreira diplomática, caixa 1, Arquivo pessoal de Carlos Magalhães de Azeredo, 3. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro.
- Ricupero, Rubens. 2017. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro, Versal Editores.
- Santirocchi, Ítalo Domingos. 2015. *Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. São Luís, EDUFMA.
- Solans, Francisco Javier Ramón. 2020. *Más allá de los Andes: los orígenes ultramontanos de una iglesia latinoamericana (1851-1910)*. Bilbao, Universidad del País Vasco.
- Valbousquet, Nina. 2020. *Catholique et antisemite. Le reseau de Mgr Benigni. Rome, Europe, États-Unis, 1918-1934*. Paris, CNRS.
- Vian, Giovanni. 2012. *Il modernismo. La Chiesa cattolica in conflitto con la modernità*. Roma, Carocci.
- Viaene, Vincent. 2008. “International History, Religious History, Catholic History: Perspectives for Cross-Fertilization (1830-1914)”. *European History Quarterly*, 38, pp. 578-607.
- Virgillo, Carmelo (ed.). 1969. *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- Visceglia, Maria Antonietta (ed.). 2013. *Papato e politica internazionale nella prima età moderna*. Roma, Viella.